

**5º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A OUTORGA DE  
DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Delegações de Registro de Imóveis**

**EDITAL Nº 08/2008 – PROVA DE SELEÇÃO E GABARITO**

**CRITÉRIO PROVIMENTO**

O Presidente da Comissão Examinadora do 5º Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo — Delegações de Registro de Imóveis, Desembargador VANDERCI ÁLVARES, **TORNA PÚBLICOS** o conteúdo e o gabarito da Prova de Seleção – critério PROVIMENTO, realizada em 24 de agosto de 2008:

**VERSÃO 1**

**DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL**

**01.** São princípios que informam toda atividade administrativa:

- (A) moralidade, legalidade, prioridade, especialidade e continuidade.
- (B) legalidade, publicidade, razoabilidade, especialidade e eficiência.
- (C) proporcionalidade, razoabilidade, moralidade, legalidade e eficiência.
- (D) eficiência, legalidade, prioridade, impessoalidade e moralidade.

**02.** São elementos do ato administrativo:

- (A) publicidade, legalidade, finalidade, autoridade e eficiência.
- (B) discricionariedade, efetividade, motivação, veracidade e formalidade.
- (C) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (D) eficácia, executoriedade, definitividade, moralidade e autenticidade.

**03.** Os bens públicos podem ser classificados, nos termos do artigo 99 do Código Civil, em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. São bens públicos dominicais:

- (A) os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- (B) os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- (C) os adquiridos pelos delegados ou concessionários de serviço público, na vigência da delegação, com a utilização da correspondente remuneração.
- (D) os que constituem patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

**04.** Dispõe o artigo 236 da Constituição Federal que “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”, o que permite afirmar

- (A) o caráter privado da função notarial e de registro, cujo exercício é delegado pelo Poder Público.
- (B) a imposição do regime privado de execução, vedada expressamente a atuação estatal direta, o que caracteriza o exercício privado de função pública.
- (C) que se trata de função mista, de caráter privado quando exercida pelos delegados e de caráter público quando exercida diretamente pelo Estado.
- (D) a obrigatoriedade da delegação dos serviços notariais e registro, cuja titularidade deixou de pertencer ao Poder Público a partir da vigência da Constituição Federal de 1988.

**05.** O Estado de Sítio é decretado

- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Senado Federal.

**06.** O Estado de Defesa é decretado

- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Congresso Nacional.

**07.** O Presidente da República, mediante a edição de decretos, pode

- (A) criar e extinguir ministérios.
- (B) transferir provisoriamente a Capital da República.
- (C) fixar e modificar o efetivo das forças armadas.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

**08.** No impedimento conjunto do Presidente e do Vice-Presidente da República, o exercício do cargo é assumido, em primeiro lugar, pelo Presidente  
(A) da Câmara dos Deputados.  
(B) do Supremo Tribunal Federal.  
(C) do Senado Federal.  
(D) do Congresso Nacional.

**09.** A competência para o julgamento de mandado de segurança contra um ato de Ministro de Estado, ressalvada a da Justiça Eleitoral, é conferida ao  
(A) Conselho Nacional de Justiça.  
(B) Superior Tribunal de Justiça.  
(C) Superior Tribunal Militar.  
(D) Supremo Tribunal Federal.

**10.** Assinale a alternativa correta.  
(A) O Presidente da República pode vetar, total ou parcialmente, Emenda Constitucional, em razão da contrariedade ao interesse público.  
(B) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente da República, após o recebimento de mensagem enviada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, comunicando sua aprovação.  
(C) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, após sua regular aprovação.  
(D) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente do Senado Federal, após o recebimento de mensagem enviada pela Mesa da Câmara dos Deputados, comunicando sua aprovação.

#### DIREITO CIVIL

**11.** A lesão a direito da personalidade dá ensejo à reclamação por perdas e danos. Em caso de falecimento da vítima, quanto à legitimidade ativa *ad causam*, é correto afirmar que detém legitimidade  
(A) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente na linha reta ou colateral até o quarto grau.  
(B) o cônjuge sobrevivente e qualquer parente na linha reta.  
(C) apenas o cônjuge sobrevivente.  
(D) o cônjuge sobrevivente, o companheiro ou qualquer herdeiro na linha reta ou colateral até o terceiro grau.

**12.** A fiança prestada por mais de uma pessoa a um só débito sem o benefício de divisão importa  
(A) no compromisso de assumir integralmente o montante devido, invocando o benefício de ordem quanto à parte que não lhe couber, proporcionalmente, no pagamento.  
(B) no direito de invocar o benefício de ordem.  
(C) no compromisso de assumir o montante devido pela parte que, em proporção, lhe couber no pagamento.  
(D) no compromisso de solidariedade entre elas.

**13.** Na hipótese de superveniente insolvência do comprador antes da tradição da coisa,  
(A) aplica-se o princípio geral da exceção do contrato não cumprido, autorizando-se o vendedor a sobrestar a entrega da coisa até que o comprador ofereça caução de pagar no tempo ajustado.  
(B) aplica-se a cláusula *rebus sic stantibus*, autorizando-se o vendedor a pedir a resolução do contrato por onerosidade excessiva.  
(C) admite-se a resolução da avença, aplicando-se a cláusula resolutiva expressa, por se tratar de negócio jurídico bilateral.  
(D) admite-se a resolução da avença, aplicando-se o princípio da *exceptio non adimpleti contractus*, automaticamente.

**14.** No compromisso de compra e venda, o inadimplemento parcial do contrato, por qualquer das partes, dá ensejo à aplicação do princípio da  
(A) onerosidade excessiva, constituindo causa de resolução da avença.  
(B) *exceptio non adimpleti contractus*, ficando assegurado à parte que não cumpriu a sua obrigação o direito de exigir o implemento da obrigação quanto à outra parte.  
(C) onerosidade excessiva, constituindo causa de anulação da avença.  
(D) *exceptio non adimpleti contractus*, reservando-se àquele que sofreu o inadimplemento suspender o cumprimento da sua parte na avença.

**15.** A adoção avoenga  
(A) é permitida somente em relação a menores.  
(B) é permitida somente em relação a maiores.  
(C) dispensa o estágio de convivência em decorrência do vínculo havido entre as partes.  
(D) é proibida.

**16.** Na hipótese de invalidade dos negócios jurídicos, a ratificação é admitida somente para a hipótese de  
(A) nulidade, podendo ser praticada por qualquer forma.  
(B) nulidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.  
(C) anulabilidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.  
(D) anulabilidade, podendo ser praticada por qualquer forma.

**17. Admite-se a conversão substancial da forma quanto aos negócios jurídicos**

- (A) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
- (B) anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à anulabilidade.
- (C) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à nulidade.
- (D) nulos ou anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, com ou sem a previsão quanto à nulidade ou anulabilidade.

**18. Assinale a alternativa correta.**

- (A) O casamento de brasileira com estrangeiro, realizado em consulado estrangeiro no Brasil, para ter validade no país, deverá ser transcrito no livro E do Registro Civil competente.
- (B) O casamento de estrangeiro no Brasil poderá ser celebrado perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os cônjuges.
- (C) O estrangeiro somente poderá se casar com brasileira comprovando domicílio no Brasil.
- (D) Após a celebração do casamento do estrangeiro com brasileira, o Oficial deverá comunicar o Oficial de Registro Civil do 1.º Subdistrito, para a anotação necessária.

**19. Assinale a alternativa correta.**

- (A) A separação judicial não extingue o vínculo de casamento, mas dissolve a sociedade conjugal.
- (B) Dissolvido o casamento, por conversão da separação em divórcio, o cônjuge poderá manter o nome de casado, ainda que disponha em contrário a sentença de separação judicial.
- (C) A conversão da separação em divórcio obriga a partilha dos bens do casal.
- (D) A conversão da separação em divórcio poderá ser requerida por ambos os cônjuges, somente após dois anos do trânsito em julgado da sentença de separação.

**20. João e Maria, casados sob o regime da comunhão universal de bens, sem ascendentes, nem descendentes, faleceram em um acidente de avião, sendo declarada a comoriência. O patrimônio do casal, no valor total de R\$ 120.000,00, será assim distribuído:**

- (A) ao único irmão de João, no valor de R\$ 120.000,00.
- (B) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 60.000,00 para cada uma.
- (C) às duas irmãs de Maria e ao único irmão de João, no valor de R\$ 40.000,00 para cada um.
- (D) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 30.000,00 para cada uma e ao único irmão de João, no valor de R\$ 60.000,00.

**21. A extinção de obrigações entre pessoas que são ao mesmo tempo credoras e devedoras umas das outras é forma de pagamento indireto denominada**

- (A) confusão.
- (B) novação.
- (C) compensação.
- (D) transação.

**22. Assinale a alternativa correta.**

- (A) Quando o artigo 2.º do Código Civil afirma que a lei põe a salvo os direitos do nascituro, o legislador reconhece que a personalidade civil da pessoa começa da concepção.
- (B) A incapacidade dos menores cessa com o casamento.
- (C) São absolutamente incapazes os pródigos.
- (D) Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.

**23. Assinale a alternativa incorreta.**

- (A) O princípio da continuidade significa que nenhum título será admitido a registro se o anterior não estiver registrado.
- (B) Os títulos anteriores à entrada em vigor do Código Civil de 1916 não se encontram obrigados a registro.
- (C) Continuidade é uma cadeia de titularidades envolvendo determinado imóvel.
- (D) Ninguém pode transmitir ou onerar imóvel sem o registro do respectivo título aquisitivo.

**24. Assinale a alternativa correta.**

- (A) O levantamento georreferenciado de imóvel rural depende de aprovação do INCRA, assim como a retificação de registro de imóvel urbano depende de aprovação do Poder Público Municipal.
- (B) A certificação do memorial descritivo de imóvel rural não implica reconhecimento da exatidão dos limites e confrontações indicados pelo proprietário.
- (C) Os serviços de registro de imóveis são obrigados a comunicar anualmente ao INCRA as modificações ocorridas nas matrículas para fins de atualização cadastral.
- (D) Somente será admitido pelos serviços de registro de imóveis memorial descritivo de imóvel rural, referente a levantamento georreferenciado, quando a diferença de área encontrada não superar o limite legal a que alude o artigo 500 do Código Civil.

- 25.** Relativamente à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, assinale a alternativa correta.
- (A) A cada membro da comunidade será atribuída uma fração ideal da área demarcada.
  - (B) A fração ideal a que se refere a alternativa anterior poderá ser alienada, se o membro contemplado vier a abandonar o quilombo.
  - (C) Encerrados o trabalho de campo e os procedimentos exigidos, será apresentado para registro título hábil fornecido pela associação que representar a comunidade.
  - (D) A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

## **DIREITO COMERCIAL**

- 26.** Assinale a alternativa incorreta.
- (A) O endosso-penhor confere, ao endossatário, direito real de garantia sobre o próprio título endossado.
  - (B) O endosso-mandato permite, ao endossatário, realizar um novo endosso, desde que ostente a mesma natureza do antecedente.
  - (C) O endosso parcial não é vedado.
  - (D) O endossante pode, mediante cláusula especial, limitar sua responsabilidade pela solvência do título.
- 27.** Numa letra de câmbio, o sacador
- (A) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo pagamento.
  - (B) não pode limitar sua responsabilidade pelo aceite ou pelo pagamento.
  - (C) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo aceite.
  - (D) nenhuma das alternativas anteriores.
- 28.** Acerca das partes beneficiárias, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Não podem ser, na atualidade, emitidas por companhias abertas.
  - (B) Só podem ser emitidas mediante autorização estatutária específica.
  - (C) Conferem direito de crédito eventual a seus titulares.
  - (D) Podem ser emitidas em diferentes classes, conferindo-se diferentes espécies de direitos aos seus titulares.
- 29.** Assinale a alternativa correta.
- (A) As ações preferenciais sempre conferem direitos adicionais de natureza patrimonial.
  - (B) Caso existam diferentes classes de ações preferenciais, elas não podem diferir quanto à prioridade no recebimento de dividendos.
  - (C) As ações preferenciais, caso não sejam distribuídos dividendos por três exercícios consecutivos, conferem direito de voto a seus titulares.
  - (D) Não é possível, em hipótese alguma, ser criada uma classe de ações preferenciais dotada de poder de veto sobre deliberações assembleares.
- 30.** A emissão de debêntures com garantia flutuante
- (A) impede que a companhia possa alienar bens componentes de seu ativo permanente sem a aquiescência dos debenturistas.
  - (B) não influencia a disponibilidade de bens de titularidade da companhia emissora.
  - (C) confere aos debenturistas poder de veto sobre deliberações do conselho de administração e da assembléia geral da companhia emissora.
  - (D) impossibilita sejam emitidas outras e seqüenciais séries de debêntures.
- 31.** Na sociedade simples, os bens pessoais dos sócios
- (A) respondem, subsidiariamente, esgotado o patrimônio da própria sociedade, pelas obrigações sociais.
  - (B) respondem, ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
  - (C) respondem, conforme o que for disposto no contrato social, pelas obrigações assumidas pela pessoa jurídica.
  - (D) respondem pelas obrigações sociais, mas só enquanto não for integralizado o capital.
- 32.** Na sociedade limitada, se o administrador for designado no próprio contrato social, ele pode ser destituído
- (A) somente por deliberação unânime de todos sócios.
  - (B) por deliberação aprovada com *quorum* qualificado de dois terços dos sócios, se não houver disposição contratual diversa.
  - (C) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos por cabeça.
  - (D) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos conforme a participação de cada sócio no capital social.
- 33.** Estão sujeitos à recuperação judicial
- (A) todos créditos vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
  - (B) os créditos quirografários vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
  - (C) todos créditos existentes na data do ajuizamento do pedido pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
  - (D) todos créditos quirografários vencidos e vincendos.

**34.** Na falência ou na recuperação judicial, inclui-se entre as atribuições do comitê de credores

- (A) consolidar quadro geral de credores.
- (B) fiscalizar a atuação do administrador judicial.
- (C) deliberar sobre a alienação de bens ou a realização do ativo do devedor.
- (D) convocar a assembléia geral de credores.

**35.** Considerado o contrato de comissão, assinale a alternativa correta.

- (A) São conferidos, ao comissário, poderes para representar o comitente, obrigando-o perante terceiros.
- (B) O comissário responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente.
- (C) O comissário só responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente, na hipótese de falência deste último.
- (D) O comissário responde sempre pela insolvência das pessoas com que tratar.

**36.** Reza a lei regente que é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade (artigo 967, CC) e dispõe, outrossim, que a sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos (artigo 985, CC).

Presentes esses conceitos, a inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, não é requisito essencial para delinear a sua

- (A) regularidade e possibilidade de contratar com o Poder Público.
- (B) eficácia *inter partes* e *erga omnes* e presunção, *juris tantum*, de autenticidade dos atos praticados e submetidos ao registro.
- (C) caracterização, pois se admite o exercício da empresa sem tal providência.
- (D) regularidade e a sua legitimidade ativa para pedir a falência de outro devedor empresário.

**37.** Dentre as operações bancárias, encontram-se os chamados contratos de *garantia de boa execução à primeira solicitação* ou *performance bond*, que se caracterizam por serem uma

- (A) operação bancária ativa, pela qual terceiros garantem, à simples solicitação do banco, o cumprimento das obrigações do garantido inadimplente.
- (B) operação bancária passiva, pela qual o banco obriga-se, perante um seu cliente, ordenante, a pagar a terceiro, caso este último apresente-lhe documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações contraídas junto ao cliente, o valor do seu crédito, mediante a simples exibição destes.
- (C) operação bancária passiva, pela qual o banco assume por uma empreiteira, perante o contratante de uma obra, a obrigação de pagar, até certo valor, a quantia que o titular da garantia lhe solicitar, por indenização em decorrência do atraso ou da defeituosa realização dos serviços pelo garantido.
- (D) operação de garantia fidejussória ativa, pela qual o banco aceita fiança pessoal dos sócios da sociedade empresária, em garantia de descontos de títulos, com a cláusula de pronta reposição dos valores daqueles que não forem pagos pelos sacados exatamente dentro dos seus vencimentos.

**38.** Dentre as teorias do estabelecimento empresarial, destacou-se inicialmente, na doutrina, aquela que não lhe conferia o caráter de um novo bem, muito embora reconhecesse que, no momento da sua alienação, as coisas que o compunham eram transferidas em conjunto. Denomina-se essa teoria

- (A) universalista.
- (B) atomista.
- (C) divisionista.
- (D) unitária.

**39.** A responsabilidade decorrente de aval, sendo espécie de obrigação cambial, com a morte do avalista

- (A) não se transmite aos herdeiros, por se tratar de obrigação personalíssima, autônoma e decorrente de ato de declaração unilateral de vontade, subsistindo a responsabilidade só do avalizado.
- (B) transmite-se sempre aos herdeiros, vez que a morte do responsável cambiário é modalidade de transferência anômala da obrigação, que é repassada aos herdeiros mesmo que o óbito tenha ocorrido antes do vencimento do título, respondendo estes, em proporção, até os limites das forças da herança.
- (C) é repassada aos herdeiros legais só se a morte tiver ocorrido após o vencimento do título, porque antes disso não há, ainda, a constituição definitiva da obrigação cambial do *de cuius*, respondendo os herdeiros, então, até os limites das forças da herança.
- (D) fica extinta, porque *mors omnia solvit*, subsistente a obrigação do avalizado, pela regra da independência das assinaturas no título de crédito, não cabendo ação cambial contra a herança ou os herdeiros e sucessores do avalista, legítimos ou testamentários.

**40.** Nos contratos de seguro, distinguem-se duas espécies, os seguros de *dano*, e os seguros de *pessoas*. Em relação aos seguros de *dano*, é correto afirmar que

- (A) na hipótese de sinistro, a prestação devida pela seguradora tem natureza indenizatória, e a liquidação do seguro não pode, em nenhuma hipótese, importar enriquecimento ao segurado.
- (B) contratado o seguro de certo bem com cobertura limitada a determinada quantia expressamente referida na apólice, verificado o sinistro, a seguradora é obrigada a pagar tal importância, ainda que, à época, o valor de mercado do bem segurado seja sensivelmente inferior ao valor contratado, aplicando-se o princípio *pacta sunt servanda*.
- (C) é lícito ao segurado contratar sobresseguimento, referente ao mesmo interesse, por valor integral.
- (D) na hipótese conhecida como infra-seguro, isto é, quando o interesse for segurado por importância inferior ao seu

real valor, nisso aquiescendo a seguradora, esta responde, ocorrendo o sinistro, pelo pagamento da indenização pelo valor real.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### 41. A reconvenção

- (A) deverá ser extinta na hipótese de desistência da ação.
- (B) deverá ser extinta na hipótese de extinção da ação por qualquer causa.
- (C) deverá ser extinta na hipótese de extinção por carência ou desistência da ação.
- (D) poderá ter prosseguimento, mesmo nas hipóteses de desistência ou extinção da ação.

### 42. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- I. se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
- II. houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação;
- III. fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa quando a sentença admitir um fato inexistente ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido;
- IV. depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

Quanto às proposições acima, é correto afirmar que

- (A) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- (B) apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- (C) apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (D) todas as assertivas são verdadeiras.

### 43. A liquidação de sentença por artigos

- (A) comporta prova técnica se cumulada com arbitramento.
- (B) comporta prova técnica sempre que necessário.
- (C) não comporta prova técnica, reservada ao arbitramento.
- (D) comporta prova técnica, se houve referência expressa quanto à sua necessidade na sentença.

### 44. Sobre a confissão extrajudicial, é correto afirmar que

- (A) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, bem como, se contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz, mas tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (B) se feita por escrito ou oralmente à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (C) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro ou contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz.
- (D) se feita por escrito à parte ou a quem a represente ou contida em testamento, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro será livremente apreciada pelo juiz.

### 45. É lícito à parte inocente provar com testemunhas

- (A) nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada, nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente.
- (B) nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente, os vícios do consentimento.
- (C) nos contratos realizados por escritura pública, os vícios do consentimento.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

### 46. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição suspensiva, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova da ocorrência do evento futuro e incerto.
- (B) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a encargo, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova do cumprimento da obrigação.
- (C) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo.
- (D) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que ocorreu o termo, mas, se sujeita a relação a condição suspensiva ou resolutiva, o credor poderá executar a sentença, independentemente da prova de realização do evento futuro e incerto.

### 47. Na hipótese de remição de bens penhorados ou arrecadados no processo de insolvência, é lícito

- (A) apenas ao cônjuge do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (B) apenas ao executado remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (C) ao cônjuge ou ao devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (D) ao cônjuge, ao descendente, ou ao ascendente do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados, ou arrecadados, depositando o preço por que foram alienados ou adjudicados.

- 48.** Na hipótese de alienação em hasta pública de bem imóvel hipotecado ou emprazado,  
(A) é facultativa a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, exceto se forem partes na execução.  
(B) é obrigatória a intimação relativamente ao credor pignoratício, hipotecário ou anticrético e ao usufrutuário, sob pena de ineficácia da alienação.  
(C) é obrigatória a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, desde que sejam partes na execução, sob pena de nulidade da alienação.  
(D) é obrigatória a intimação do credor pignoratício, hipotecário ou anticrético, mas é facultativa a intimação do usufrutuário, que figurará obrigatoriamente como parte na execução.
- 49.** A penhora de bens de funcionário que esteja em repartição pública  
(A) depende de prévia comunicação ao chefe da repartição.  
(B) depende de comunicação judicial e autorização do chefe da repartição.  
(C) depende de autorização do chefe da repartição.  
(D) independe de comunicação ou autorização prévias.
- 50.** A representação e a assistência dos incapazes, na forma da lei civil, quanto à prática de atos processuais, incumbe  
(A) aos pais, tutores e curadores, sendo que os tutores e curadores necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.  
(B) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar, na hipótese de tutela e curatela definitivas.  
(C) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar em procedimentos de jurisdição voluntária.  
(D) aos pais, tutores e curadores, os quais, em qualquer caso, necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.
- 51.** A respeito da tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito, assinale a alternativa correta.  
(A) Confunde-se com o julgamento antecipado da lide, pois o juiz julga o próprio mérito da causa antecipadamente, entregando ao autor a sua pretensão.  
(B) Quando a antecipação é dada a propósito de parte incontroversa do pedido, deixa de ser provisória e revogável, ficando sujeita à coisa julgada material.  
(C) Por ser fundada na urgência, tem natureza cautelar, pois visa, ao adiantar os efeitos da tutela de mérito, assegurar o resultado útil do processo de conhecimento ou execução ou, ainda, a viabilidade do direito afirmado pelo autor.  
(D) É espécie do gênero *tutelas de urgência*, consistente em providência que tem natureza jurídica mandamental, que se efetiva mediante execução *lato sensu*, com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos, de forma antecipada, sem assumir o caráter de irreversibilidade da coisa julgada material.
- 52.** A conversão do julgamento da apelação em diligência, para produção de novas provas,  
(A) implica julgamento *ultra* ou *extra petita*, uma vez que a ordenação processual civil não possibilita aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de provas, reabrindo instrução encerrada sem recurso das partes.  
(B) induz nulidade absoluta porque, uma vez declarada encerrada a instrução pelo juízo de primeiro grau, sem recurso das partes, não cabe ao Tribunal, de ofício, reabri-la, posto bafejada pela preclusão a matéria, certo que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, a cujo respeito tenha-se operado a preclusão.  
(C) não caracteriza julgamento *extra* ou *ultra petita* e nem induz nulidade, relativa ou absoluta, pois a lei processual civil faculta também aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de prova, desde que o façam com imparcialidade e sem ensejar injustificado favorecimento de uma das partes, uma vez que o dever de julgar segundo a verdade real, quando esta se ache ao alcance do julgador, supera as regras da distribuição do ônus da prova e da oportunidade processual da sua produção.  
(D) só se placita, aos Tribunais, nos procedimentos de jurisdição voluntária, em que é permitido ao julgador, *ex legis*, investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.
- 53.** No procedimento sumário, não admite a lei processual a intervenção de terceiro, salvo  
(A) a oposição, a assistência e a nomeação à autoria.  
(B) a denunciação da lide, o recurso de terceiro prejudicado e o chamamento ao processo.  
(C) a intervenção fundada em contrato de seguro, a assistência e a nomeação à autoria.  
(D) a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.
- 54.** Na ação renovatória de contrato de locação, desejando o proprietário exercer o direito de retomada do imóvel para seu próprio uso, deverá fazê-lo  
(A) mediante pedido contraposto de retomada deduzido na própria contestação, dada a natureza dúplice da ação.  
(B) por intermédio de reconvenção.  
(C) ajuizando ação própria, distribuída livremente.  
(D) mediante o ajuizamento, por dependência, de ação própria.

- 55.** Quanto à eficácia preclusiva da decisão de saneamento do processo,
- (A) é absoluta, tendo em vista as disposições processuais que vedam ao juiz decidir novamente no processo as questões já decididas relativas à mesma lide, e às partes de tornarem a matéria velha, a cujo respeito já se tenha operado a preclusão.
  - (B) só não ocorre nos processos em que há interesses de incapazes, onde obrigatória a intervenção do Ministério Público como *custos legis*.
  - (C) é relativa, pois embora se trate de decisão interlocutória, a sugerir que as questões nela decididas, se não impugnadas por recurso de agravo, ficam cobertas pela preclusão, há exceção no que tange às questões de ordem pública decididas no saneador, a cujo respeito, mesmo depois de transitada em julgado a decisão de saneamento, o juiz poderá decidir novamente.
  - (D) é inexistente, pois o juiz poderá, na sentença, redecidir a respeito de toda e qualquer questão incidente apreciada no saneador, uma vez que é a sentença o ato pelo qual o juiz compõe definitivamente a lide e entrega a prestação jurisdicional do Estado.

#### **DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

- 56.** Assinale a alternativa que contempla apenas reprimendas previstas pela legislação ambiental (Lei n.º 9.605/98) a serem impostas à pessoa jurídica.
- (A) Multa, restritivas de direitos, prestação de serviços à comunidade e liquidação forçada.
  - (B) Multa, restritivas de direitos, prisão dos administradores e liquidação forçada.
  - (C) Suspensão parcial das atividades, proibição de contratar com o poder público, interdição temporária de estabelecimento e demolição de seus imóveis.
  - (D) Suspensão total de atividades, interdição permanente de estabelecimentos, obra ou atividade e multa a ser arcada pelos administradores responsáveis pelo dano ambiental.
- 57.** Na hipótese do concurso de agravantes e atenuantes na mesma infração penal, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, conforme expressa disposição legal. Para tanto, o Código Penal enumera as circunstâncias preponderantes. Assinale a alternativa que não descreve uma circunstância preponderante.
- (A) Personalidade do agente.
  - (B) Motivos determinantes do crime.
  - (C) Reincidência.
  - (D) Comportamento da vítima.
- 58.** Pretendendo praticar crime de roubo, João arma-se e sai à rua para subtrair os bens de qualquer pessoa que encontrar. Depara-se, entretanto, com Mário, seu desafeto de longa data, e, aproveitando a situação, dele subtrai para si mediante grave ameaça exercida com o emprego da arma de fogo, o relógio, a pulseira, e dinheiro, tudo pertencente a Mário que, ante a ameaça, entrega todos os bens exigidos sem oferecer resistência. Já de posse mansa e tranqüila dos objetos, não satisfeito e lembrando-se da antiga desavença, João agride violentamente Mário mediante coronhadas, só cessando a agressão quando se certifica de que seu desafeto estava morto. Qual ou quais crimes João cometeu?
- (A) Latrocínio.
  - (B) Furto e homicídio.
  - (C) Roubo e homicídio.
  - (D) Furto, lesão corporal e homicídio.
- 59.** Em relação à comunicabilidade das circunstâncias e condições pessoais na hipótese de concurso de agentes, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Não se comunicam em hipótese alguma.
  - (B) Quando elementares do crime, as circunstâncias de caráter pessoal podem se comunicar.
  - (C) Quando elementares do crime, as condições pessoais podem se comunicar.
  - (D) Via de regra não se comunicam, ficando a exceção para aquelas que integram o tipo penal como elementares.
- 60.** Ao receber mandado de segurança impetrado pelo Promotor de Justiça, perante o Tribunal de Justiça, contra decisão de Magistrado de primeiro grau proferida em processo criminal que apura crime de tráfico ilícito de entorpecentes em tese praticado por João, o relator deverá, dentre outras providências, determinar a citação
- (A) da vítima para acompanhar o trâmite do *mandamus*.
  - (B) do assistente de acusação.
  - (C) de João como litisconsorte passivo.
  - (D) do Procurador de Justiça para ofertar parecer e ratificar, ou não, os termos da impetração, já que o feito tramita em segunda instância.
- 61.** *Habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais deverá ser impetrado perante
- (A) Tribunal Federal de Recursos da Região respectiva.
  - (B) Superior Tribunal de Justiça.
  - (C) Tribunal de Justiça do Estado respectivo.
  - (D) Supremo Tribunal Federal.



- 62.** Assinale a alternativa que não descreve uma causa de perempção da ação penal de iniciativa privada.
- (A) Quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
  - (B) Quando, iniciada a ação, o querelante, pessoa física ou jurídica, deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
  - (C) Quando o querelante, pessoa jurídica, se extinguir por fusão ou incorporação.
  - (D) Quando o querelante, pessoa física ou jurídica, a primeira pessoalmente e a segunda por seu representante legal, deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
- 63.** Assinale a alternativa correta quanto ao recurso que caberá contra a decisão que rejeita queixa oferecida perante o Juizado Especial Criminal por crime de pequeno potencial ofensivo, bem como seu prazo para interposição e oferecimento das razões recursais.
- (A) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
  - (B) Apelação, a ser interposta em 10 dias, já acompanhada das razões recursais.
  - (C) Apelação, a ser interposta em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
  - (D) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, já acompanhado das razões recursais.
- 64.** Em inquérito policial instaurado para apuração de crime que causou grande clamor social, foi designado membro do Ministério Público para acompanhar as investigações. No que pertine a impedimento ou suspeição para propositura da ação penal e acompanhamento de seus posteriores atos, considerada a designação mencionada, é correto afirmar que o Promotor de Justiça que acompanhou as investigações
- (A) é suspeito e, portanto, não pode oferecer denúncia nem acompanhar o feito em seus posteriores atos, uma vez que não mais possui a indispensável imparcialidade para tanto.
  - (B) está impedido de oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus posteriores atos, uma vez que passou a ter conhecimento pessoal dos fatos.
  - (C) pode oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus posteriores atos, não sendo suspeito ou impedido para tanto.
  - (D) pode oferecer denúncia, porém não pode acompanhar o feito em seus posteriores atos, estando na posição de impedido para tanto.
- 65.** Em ação penal de iniciativa privada, movida por um querelante em face de 4 querelados (A, B, C, D), durante a instrução o querelado A faz juntar aos autos declaração lançada em documento particular, na qual o querelante o perdoa dos fatos descritos na exordial acusatória. Na declaração se vê menção expressa do querelante no sentido de que o perdão não aproveita aos demais querelados (B, C, D). Em relação à conduta a ser adotada pelo magistrado, assinale a alternativa correta.
- (A) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, e por ser também ato unilateral, a clemência concedida atingirá tão só o querelado A, sem que haja necessidade de sua anuência, seja ela tácita ou expressa, processual ou extraprocessual.
  - (B) Por ser o perdão ato unilateral que a todos aproveita, o Magistrado, desde logo, irá julgar extinta a punibilidade em relação a todos os querelados (A, B, C e D) .
  - (C) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, apesar de ato bilateral, seus efeitos só atingirão o querelado perdoado A que, ao juntar aos autos a declaração, anuiu tacitamente com a clemência do querelante, motivo pelo qual o Magistrado julgará extinta a punibilidade tão só em relação ao querelado perdoado.
  - (D) Por ser o perdão ato bilateral, o Magistrado deverá notificar os demais querelados (B, C, D) para se manifestarem no sentido de aceitação ou não do perdão, que a todos aproveitará no caso de anuência. Quanto ao querelado A, a simples juntada da declaração de perdão, por ele providenciada, equivale à anuência tácita do perdão.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

- 66.** Atualmente, é (são) isenta(s) do recolhimento de ITCMD, no estado de São Paulo,
- (A) a doação de bem móvel.
  - (B) a doação de bem imóvel de valor superior a 2.500 UFESP, desde que cada um dos donatários receba proporção inferior a 2.500 UFESP e desde que os mesmos não tenham recebido outra doação isenta, do mesmo doador, no mesmo exercício.
  - (C) a doação de A para B, realizada em janeiro de 2007, de bem imóvel no valor de 2.000 UFESP, e aquela realizada em dezembro de 2007, de bem imóvel no valor de 1.500 UFESP.
  - (D) a doação do poder público para o particular.
- 67.** Quanto aos emolumentos, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O estado de São Paulo e suas respectivas autarquias são isentos do pagamento de quaisquer emolumentos.
  - (B) O valor da base de cálculo, considerado para fins de enquadramento nas tabelas de emolumentos, será sempre o preço ou valor econômico da transação ou do negócio jurídico declarado pelas partes.
  - (C) Os notários e os registradores devem fornecer recibo dos valores cobrados e ainda mencionar esses valores no traslado ou certidão entregue ao interessado.
  - (D) 62,5% (sessenta e dois inteiros e meio por cento) dos emolumentos recebidos são receitas dos notários e registradores.

**68.** Os princípios constitucionais tributários estabelecem limites ao poder de tributar. Assim,  
(A) o princípio da irretroatividade da lei tributária não é violado quando a lei é aplicada de maneira interpretativa a ato ou fato pretérito, excluindo a aplicação de penalidade à infração.  
(B) o princípio da discriminação constitucional de rendas tributárias permite que duas entidades políticas instituem impostos sobre o mesmo fato gerador.  
(C) o princípio da anterioridade da lei tributária não permite a instituição ou a majoração do tributo sem prévia autorização legislativa, com exceção do Poder Executivo da União, que desde que atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, pode alterar, a qualquer tempo, a alíquota de quaisquer impostos.  
(D) a isenção tributária pode ser concedida por qualquer entidade política, em relação a qualquer tributo, por meio de lei complementar, desde que atenda a relevante interesse social e econômico.

**69.** O princípio que visa preservar a arrecadação tributária de forma harmônica entre as três entidades políticas e a coexistência autônoma e independente dessas entidades é:  
(A) capacidade contributiva.  
(B) isonomia tributária.  
(C) legalidade.  
(D) imunidade recíproca.

**70.** Quanto aos elementos essenciais do tributo, assinale a alternativa incorreta.  
(A) O fato gerador *in abstracto* corresponde a situação que, constatada, impõe a alguém a obrigação de pagar um tributo.  
(B) A base de cálculo é a medida, a expressão econômica do fato que é tributado.  
(C) A alíquota é o percentual que, multiplicado pela base de cálculo, permite o cálculo do *quantum* devido.  
(D) O sujeito passivo é aquele que tem o dever de prestar o objeto da obrigação principal ou acessória.

**71.** O lançamento do ITCMD, *causa mortis* no estado de São Paulo, é uma espécie de  
(A) lançamento de ofício.  
(B) lançamento por declaração.  
(C) lançamento por homologação.  
(D) lançamento misto.

**72.** Assinale a alternativa correta.  
As receitas públicas são classificadas em  
(A) tributárias e financeiras.  
(B) originárias e derivadas.  
(C) contratuais, industriais e de serviços.  
(D) orçamentárias e extra-orçamentárias.

**73.** As imunidades tributárias representam limitações ao poder de tributar e são previstas  
(A) em medidas provisórias desde que convertidas em lei no prazo estabelecido na Constituição Federal.  
(B) em convênios entre a União e os demais entes políticos.  
(C) em leis complementares ou em leis federais, considerada a competência residual da União.  
(D) no texto da Constituição Federal.

**74.** O nascimento da obrigação tributária dá-se com a ocorrência do (a)  
(A) base de cálculo do tributo.  
(B) fato gerador previsto em lei.  
(C) caracterização do sujeito passivo ou fixação do sujeito passivo.  
(D) quantificação do montante a ser pago.

**75.** O domicílio fiscal ou tributário do contribuinte é  
(A) a sua residência habitual.  
(B) o lugar da situação de seus bens.  
(C) o local de sua preferência, desde que não seja recusado pela autoridade administrativa.  
(D) o lugar onde estabelecer residência com ânimo definitivo e, se tiver diversas residências, aquela na qual passar a maior parte do tempo.

**76.** A concessão da liminar em mandado de segurança preventivo é causa de  
(A) extinção ou exclusão do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.  
(B) suspensão da exigibilidade do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.  
(C) exclusão temporária do lançamento enquanto perdurarem os seus efeitos.  
(D) cancelamento do fato gerador da obrigação tributária.

**77.** A presunção de certeza e de liquidez do crédito regularmente inscrito em Dívida Ativa é  
(A) absoluta, não podendo mais ser ilidida pelo sujeito passivo.  
(B) relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.  
(C) absoluta a partir da emissão da Certidão da Dívida Ativa – CDA.  
(D) relativa e não tem o efeito de prova pré-constituída.

**78.** Entre os princípios e normas de limitação do poder de tributar situa-se, com destacada relevância, o princípio da capacidade contributiva que constitui a limitação do poder de tributar em relação

- (A) apenas aos impostos a serem instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- (B) apenas aos impostos a serem instituídos pelos Municípios.
- (C) aos impostos, às taxas e às contribuições de melhoria, indistintamente.
- (D) a todos os impostos, sempre que a estrutura de cada um deles permitir.

## **REGISTROS PÚBLICOS**

**79.** Na hipótese de restabelecimento da sociedade conjugal,

- (A) a averbação no registro público é prescindível, exceto se determinada em sentença judicial.
- (B) a averbação no registro público é imprescindível.
- (C) a averbação no registro público é sempre facultativa.
- (D) não há averbação no registro público.

**80.** As convenções de condomínio serão registradas no

- (A) Registro Auxiliar (Livro número 3).
- (B) Registro Geral (Livro número 2).
- (C) Indicador Pessoal (Livro número 5).
- (D) Indicador Real (Livro número 4).

**81.** O contrato de parceria agrícola ou pecuária é

- (A) registrado no Registro de Imóveis.
- (B) transcrito no Registro de Títulos e Documentos.
- (C) averbado no Registro de Imóveis.
- (D) registrado no Registro de Títulos e Documentos e averbado no Registro de Imóveis.

**82.** Os testamentos públicos e cerrados são

- (A) ambos lavrados e aprovados por tabelião.
- (B) ambos lavrados por tabelião, sendo exigida ainda a aprovação do segundo.
- (C) respectivamente, o primeiro, lavrado, e o segundo, aprovado por tabelião.
- (D) lavrados e aprovados por tabelião ou registrador.

**83.** A vedação para o titular, notário e registrador, quanto à prática de ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou parentes, constitui impedimento que

- (A) obsta a prática do ato naquela serventia.
- (B) obsta a prática do ato pessoalmente pelo delegado.
- (C) diz respeito exclusivamente a cônjuge e parentes consangüíneos.
- (D) diz respeito exclusivamente a cônjuge e não se aplica ao companheiro/companheira, mas se estende aos parentes por afinidade.

**84.** O procedimento de assento, no registro civil, da conversão da união estável em casamento,

- (A) deve ser obrigatoriamente precedido de justificação judicial.
- (B) deve ser precedido de habilitação e publicação de proclamas.
- (C) dispensa, em regra, pronunciamento judicial ou habilitação e publicação de proclamas.
- (D) deve ser precedido de requerimento de retificação de registro, dada a modificação no estado civil.

**85.** O penhor industrial, para valer contra terceiros, constitui-se

- (A) só mediante instrumento público, registrado no Registro de Imóveis da sede do devedor.
- (B) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro Público de Empresas Mercantis da sede do devedor, a cargo das Juntas Comerciais.
- (C) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas.
- (D) mediante instrumento particular, registrado no Registro de Títulos e Documentos em que tiverem sede tanto o devedor quanto o credor, emitida pelo primeiro, a favor do último, uma cédula de crédito industrial, se houver o compromisso do devedor de saldar em dinheiro o débito pignoratício.

**86.** Em relação ao procedimento de dúvida suscitada por Oficial de Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Há, em seu âmbito, mesmo não ocorrendo litígio entre os interessados, mas apenas dissídio entre o requerente do registro e o Oficial Registrador, a existência de "causa", a justificar o cabimento de recurso especial.
- (B) Em processo de dúvida, é sempre cabível a ação rescisória.
- (C) O tabelião de notas que lavrou a escritura objeto do procedimento de dúvida e a apresentou ao registro imobiliário é considerado interessado, para fins de interposição de recurso da sentença.
- (D) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.

**87.** Pedido de retificação de assento de nascimento, fundado em acordo extrajudicial de reconhecimento de paternidade, visando à inclusão do nome de terceiro (pai biológico constatado) como pai de menor, em substituição àquele que já figura como pai no registro, constante do respectivo termo e que nele fora o declarante, assumindo a paternidade registral sem, entretanto, que fosse o efetivo pai biológico, como comprovado por exame de DNA, (A) é ilegítimo, uma vez que não basta à sua revogação, a simples afirmação, em acordo extrajudicial, de que outro é o pai, sendo imprescindível, por se tratar de direito indisponível, que a pretensão se dê pela via judicial, mediante ação de nulidade do registro, ainda que não seja absoluta a presunção de paternidade constante do assento de nascimento. (B) é legítimo para ser atendido administrativamente pelo Oficial do Registro Civil, mesmo sem a concordância da pessoa que figura como pai registral, a fim de remover a falsidade que permitiu figurasse no registro outro que não o pai verdadeiro, certo de que o direito à paternidade verdadeira é atributo da dignidade humana. (C) é legítimo e pode ser atendido diretamente pelo Oficial do Registro Civil, desde que conte com a concordância da representante do menor e da pessoa que está assumindo a ascendência, comprovada esta pelo exame, uma vez que prevista em lei a possibilidade de reconhecimento da paternidade biológica por instrumento público ou particular, com sua inclusão no assento de nascimento. (D) é passível de atendimento registral somente após homologação judicial desse acordo de reconhecimento de paternidade, pois esta é sempre possível de ser investigada a qualquer tempo, com alteração do registro de nascimento, mormente contando com a concordância da pessoa que nele figura como sendo o pai.

**88.** A lei civil considera o *direito à sucessão aberta* como bem imóvel (artigo 80, II, CC/02) e impõe, por isso, que tanto a sua cessão, quanto a renúncia, só se façam por escritura pública (artigos 1.793 e 1.806, CC/02), de modo que, para fins de Registro de Imóveis, a escritura de cessão de direitos hereditários é título (A) não registrável, embora materializada em escritura pública e versando sobre bem considerado, *ex legis*, como imóvel, pois só se presta a transitar pelo inventário do autor da herança, visando à adjudicação do objeto da cessão ao cessionário, não se incluindo entre os títulos registráveis. (B) registrável como qualquer outro título que verse sobre bens imóveis e direitos a eles relativos. (C) que só terá acesso ao registro, por averbação, se forem determinados os bens da herança e cederem-nos todos os herdeiros, mas só a propósito dos bens imóveis deixados pelo *de cuius*. (D) só registrável após a abertura do inventário e prestadas as primeiras declarações, com a determinação dos bens deixados pelo autor da herança.

**89.** Quanto ao órgão competente do tribunal *ad quem*, no Estado de São Paulo, é correto afirmar que, em procedimento de dúvida de registro de imóveis, eventual apelação interposta será analisada (A) pelo Plenário do Tribunal de Justiça. (B) por uma das Câmaras do Tribunal de Justiça. (C) pela Corregedoria Geral de Justiça. (D) pelo Conselho Superior da Magistratura.

**90.** Na hipótese de duplicidade de assento de nascimento, quando no segundo assento constar como declarante o genitor e sua completa qualificação, além da qualificação da genitora, enquanto que no primeiro constarem tão só os dados qualificativos da genitora, o Juízo Corregedor Permanente deverá determinar o cancelamento (A) dos dois assentos, nulos pela duplicidade, e determinar a lavratura de um terceiro assento válido e com as informações qualificativas dos dois genitores. (B) do primeiro assento, mantendo-se o segundo mais completo. (C) do segundo assento, determinando-se a averbação dos dados qualificativos do genitor no primeiro assento. (D) puro e simples do segundo assento, devendo o interessado promover ação de investigação de paternidade em face de seu suposto genitor.

**91.** A pessoa jurídica ABC Ltda. apresenta ao registrador imobiliário título aquisitivo de determinada unidade condominial registrada em sua serventia. Ao analisar o título, o registrador o qualifica negativamente e emite nota devolutiva enumerando 7 motivos para a recusa. Inconformada com um dos motivos enumerados, a pessoa jurídica ABC Ltda. suscita inversamente a dúvida junto ao Juízo Corregedor Permanente, postulando a superação do óbice com o qual não concorda, e se comprometendo a, após, satisfazer os 6 motivos restantes e com os quais concorda. Instado a manifestar-se, o oficial registrador revê seu posicionamento em relação ao motivo da recusa impugnado e concorda com o suscitante quanto a este mister, mantendo a recusa em relação aos demais motivos impeditores. A dúvida deverá ser julgada (A) prejudicada. (B) improcedente. (C) totalmente procedente. (D) parcialmente procedente.

**92.** Da decisão proferida pelo Juiz Corregedor Permanente em reclamação a ele endereçada por pessoa que se insurgir contra cobrança de custas, emolumentos, contribuições ou despesas impostas por uma serventia de registro civil das pessoas naturais, caberá recurso ao Corregedor Geral de Justiça que, segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, deverá ser interposto no prazo de (A) 15 dias. (B) 10 dias. (C) 8 dias. (D) 5 dias.

**93.** Pedida a dispensa de proclamas em habilitação de casamento, o representante do Ministério Público não concorda com a postulação. Já o magistrado defere a dispensa solicitada e julga em ordem a habilitação. Segundo as Normas da Corregedoria Geral de Justiça, assinale a alternativa correta quanto ao recurso a ser interposto pelo Promotor de Justiça.

- (A) Apelação, a ser apreciada pelo Conselho Superior da Magistratura.
- (B) Apelação, a ser apreciada pela Corregedoria Geral de Justiça.
- (C) Recurso inominado, a ser apreciado pela Corregedoria Geral de Justiça.
- (D) Não cabe recurso algum.

**94.** As alternativas enumeram hipóteses obrigatórias de preenchimento da DOI (Declaração de Operação Imobiliária) pelo Oficial do Registro de Imóveis, com exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Compra e venda de imóvel formalizadas por instrumento particular.
- (B) Adjudicação de imóvel decorrente de ação judicial.
- (C) Doação de imóvel formalizada por escritura pública na qual não consta a expressão "EMITIDA A DOI".
- (D) Partilha de bens entre herdeiros, formalizada por escritura pública na qual consta a expressão "EMITIDA A DOI".

**95.** Nas escrituras de separação e divórcio, realizadas em Tabelionatos de Notas,

- (A) as partes devem ser maiores e capazes e estar assistidas por dois advogados, um para cada uma das partes.
- (B) o acordo quanto a pensão alimentícia ou a renúncia aos alimentos, a retomada ou não do nome de solteiro e a guarda dos filhos devem constar obrigatoriamente na escritura.
- (C) os bens adquiridos na constância do casamento devem, obrigatoriamente, ser arrolados, sendo facultativa a partilha desses bens.
- (D) sobre a diferença entre o valor da meação e o quinhão atribuído a cada uma das partes, na partilha do patrimônio comum, só incidirá imposto de transmissão se a cessão for a título gratuito.

#### **CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA**

**96.** Capitu é uma das mais bem construídas personagens da literatura brasileira. Quem a criou e qual a sua obra?

- (A) Machado de Assis – Dom Casmurro.
- (B) José de Alencar – O Guarani.
- (C) José de Alencar – Senhora.
- (D) Paulo Coelho – Brida.

**97.** Assinale a alternativa correta de acordo com as normas gramaticais.

- (A) Os funcionários leram o que propuseram-lhes e informaram ao orientador de que estavam de acordo.
- (B) A cidade acordava realmente quando, no relógio da matriz, soava as 7 horas.
- (C) Da estrada viam-se, ao longe, a casa da fazenda e o pasto.
- (D) Lembrei-me, há pouco, que ainda hoje haverá novas reuniões.

**98.** Extintas as capitânicas hereditárias, o Rei de Portugal criou o cargo de Governador Geral, o qual chegou a ser ocupado por

- (A) Dom Pero Vaz Sardinha.
- (B) Manoel Borba Gato.
- (C) Duarte da Costa.
- (D) Estácio de Sá.

**99.** Dentre as causas determinantes da eclosão da 1.ª Guerra Mundial, destaca-se

- (A) a rivalidade entre as potências industriais e coloniais.
- (B) a intolerância religiosa.
- (C) a crise econômica mundial.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

**100.** Rui Barbosa, como Ministro da Fazenda, no final do Século XIX, promoveu uma política emissionista, que desencadeou uma gigantesca especulação financeira e a chamada "Crise do Encilhamento". Tal evento ocorreu no curso do governo de

- (A) Prudente de Moraes.
- (B) Floriano Peixoto.
- (C) Deodoro da Fonseca.
- (D) Afonso Pena.

## GABARITO

01 - C 02 - C 03 - D 04 - B 05 - C 06 - D 07 - D 08 - A 09 - B 10 - C  
11 - A 12 - D 13 - A 14 - D 15 - D 16 - C 17 - A 18 - B 19 - A 20 - D  
21 - C 22 - B 23 - B 24 - B 25 - D 26 - C 27 - A 28 - D 29 - C 30 - B  
31 - C 32 - B 33 - D 34 - B 35 - B 36 - C 37 - C 38 - B 39 - B 40 - A  
41 - D 42 - D 43 - B 44 - C 45 - D 46 - C 47 - D 48 - B 49 - A 50 - A  
51 - D 52 - C 53 - D 54 - A 55 - C 56 - A 57 - D 58 - C 59 - A 60 - C  
61 - D 62 - C 63 - B 64 - C 65 - D 66 - B 67 - B 68 - A 69 - D 70 - A  
71 - C 72 - B 73 - D 74 - B 75 - C 76 - B 77 - B 78 - D 79 - B 80 - A  
81 - B 82 - C 83 - B 84 - A 85 - C 86 - D 87 - A 88 - A 89 - D 90 - C  
91 - A 92 - D 93 - D 94 - D 95 - C 96 - A 97 - C 98 - C 99 - A 100 - C